

**Aviso n.º 11562/2009****Abertura de procedimentos concursais comuns de recrutamento**

Faz-se público que, por despacho da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Leiria, de 28/04/2009, foi autorizada a abertura dos seguintes procedimentos concursais:

a) Procedimento concursal comum de recrutamento tendo em vista a ocupação, por tempo indeterminado, de 02 postos de trabalho não ocupados do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Leiria (Ref. PCCR — 12/2009);

b) Procedimento concursal comum de recrutamento tendo em vista a ocupação, por tempo indeterminado, de 01 posto de trabalho não ocupado do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Leiria (Ref. PCCR — 14/2009);

c) Procedimento concursal comum de recrutamento tendo em vista a ocupação, por tempo indeterminado, de 01 posto de trabalho não ocupado do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Leiria (Ref. PCCR — 15/2009);

d) Procedimento concursal comum de recrutamento tendo em vista a ocupação, por tempo indeterminado, de 01 posto de trabalho não ocupado do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Leiria (Ref. PCCR — 18/2009).

1 — Caracterização dos postos de trabalho: as carreiras e categorias correspondentes aos postos de trabalho a ocupar, bem como as competências ou actividades a cumprir ou a executar, são as que de seguida se indicam:

a) Ref. PCCR — 12/2009: técnico superior — proceder a estudos, organizar os processos e elaborar as informações ou os pareceres necessários à tomada das decisões que caibam no âmbito das competências delegadas ou subdelegadas no Vereador, na vertente ambiental, bem como à formulação de propostas a submeter à Câmara Municipal nesse mesmo âmbito (1), resposta a queixas relacionadas com ruído ambiente, qualidade do ar/poluição atmosférica, qualidade da água/poluição das águas, suiniculturas, depósitos de sucata, oficinas; gestão de resíduos de óleos (minerais usados e domésticos), entre outros; monitorização e acompanhamento das acções de luta antimurina; regularização de assuntos relacionados com o domínio público hídrico (limpeza/desobstrução/regularização de linhas de água); e emissão de pareceres sobre assuntos de índole ambiental, nomeadamente propostas de lei e EIA (1);

b) Ref. PCCR — 14/2009: técnico superior — execução de estudos e projectos de arquitectura e desenho urbano e acompanhamento de obras em articulação com outras unidades orgânicas;

c) Ref. PCCR — 15/2009: técnico superior — apoio técnico às actividades desenvolvidas pelo Sector de Oficinas;

d) Ref. PCCR — 18/2009: técnico superior — trabalho de índole técnica no âmbito do cadastro processual no território municipal; implementação de soluções que promovam a análise da informação cadastral e colaboração com o Instituto Geográfico Português; elaboração de mapas temáticos com informação relativa aos limites e implantação de todas as obras cujos projectos estejam sujeitos à aprovação ou apreciação.

2 — Locais de trabalho:

a) Ref. PCCR — 12/2009: Serviços de Apoio aos Órgãos Municipais (1), e Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos do Departamento de Desenvolvimento Económico, Espaços Verdes e Ambiente (1), respectivamente/Concelho de Leiria;

b) Ref. PCCR — 14/2009: Divisão de Habitação e Reabilitação Urbana do Departamento de Planeamento e Urbanismo/Concelho de Leiria;

c) Ref. PCCR — 15/2009: Divisão de Máquinas, Viaturas e Oficinas do Departamento de Equipamento e Oficinas/Concelho de Leiria;

d) Ref. PCCR — 18/2009: Divisão de Informação Geográfica do Departamento de Planeamento e Urbanismo/Concelho de Leiria.

3 — Constituição das relações jurídicas de emprego público:

a) Modalidade: contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, ao abrigo do disposto na segunda parte do n.º 1 do artigo 9.º, no artigo 20.º e na primeira parte do n.º 1 do artigo 21.º, todos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, adiante designada de LVCR;

b) Recrutamento para a constituição das relações jurídicas de emprego público: inicia-se sempre de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, e, em caso de impossibilidade de ocupação de todos ou de alguns dos postos de trabalho por aplicação daquele princípio, de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, conforme previsto no despacho da Senhora Presidente da

Câmara Municipal de Leiria, de 28/04/2009, sendo efectuado pela ordem decrescente da ordenação final dos candidatos colocados em situação de mobilidade especial, e, esgotados estes, dos restantes candidatos;

c) Quota de emprego: o candidato com deficiência, desde que o grau de incapacidade funcional seja igual ou superior a 60 %, tem preferência em caso de igualdade de classificação;

d) Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

4 — Requisitos de admissão:

4.1 — Requisitos relativos ao trabalhador previstos no artigo 8.º da LVCR:

a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) 18 anos de idade completos;

c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

4.2 — Requisito relativo à exigência de nível habilitacional previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 44.º e no n.º 1 do artigo 51.º, ambos da LVCR: o nível habilitacional, e as áreas de formação académica, correspondentes ao grau de complexidade funcional da carreira e categoria, são os que de seguida se indicam, sendo insusceptíveis de substituição por adequada formação ou experiência profissional, ainda que sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 115.º da LVCR:

a) Ref. PCCR — 12/2009: licenciatura — Engenharia do Ambiente;

b) Ref. PCCR — 14/2009: licenciatura — Arquitectura;

c) Ref. PCCR — 15/2009: licenciatura — Engenharia Mecânica;

d) Ref. PCCR — 18/2009: licenciatura — Engenharia Geográfica ou outra que integre essa valência.

A não titularidade dos requisitos previstos nos pontos 4.1. e 4.2. que antecedem, até à data limite fixada para a entrega de candidaturas, determina a exclusão dos candidatos.

4.3 — Outros requisitos de recrutamento previstos nas alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 52.º da LVCR:

a) Trabalhadores integrados na mesma carreira, a cumprir ou a executar diferente atribuição, competência ou actividade, da Câmara Municipal de Leiria;

b) Trabalhadores integrados na mesma carreira, a cumprir ou a executar qualquer atribuição, competência ou actividade, de outro órgão ou serviço ou que se encontrem em situação de mobilidade especial;

c) Trabalhadores integrados em outras carreiras;

d) Trabalhadores que exerçam os respectivos cargos em comissão de serviço ou que sejam sujeitos de outras relações jurídicas de emprego público por tempo determinado ou determinável e indivíduos sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida.

Consideram-se excluídos do respectivo procedimento os candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal da Câmara Municipal de Leiria idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicitam os procedimentos.

5 — Métodos de selecção obrigatórios e complementar:

5.1 — Os métodos de selecção obrigatórios a utilizar no recrutamento dos candidatos que, cumulativamente, sejam titulares da categoria e se encontrem a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou actividade caracterizadoras dos postos de trabalho para cuja ocupação os procedimentos são publicitados, ou que estejam colocados em situação de mobilidade especial e se tenham encontrado, por último, a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou actividade caracterizadoras dos postos de trabalho para cuja ocupação os procedimentos são publicitados, são os que de seguida se indicam, excepto quando afastados, por escrito:

5.1.1 — Avaliação curricular (AC) — será aplicada e classificada conforme previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da LVCR, conjugada com o disposto no artigo 11.º e no n.º 4 do artigo 18.º da Portaria n.º 83-A/2009, respectivamente — parâmetros de avaliação:

a) Habilitação académica — serão considerados os cursos de ensino superior detidos pelos candidatos, desde que conferentes de grau acadé-

mico, a avaliar nos termos a seguir indicados: doutoramento, 20 valores; mestrado, 19 valores, ou licenciatura, 18 valores;

b) Formação profissional — serão consideradas as áreas de formação e de aperfeiçoamento profissional detidas pelos candidatos, desde que relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício da(s) função(ões), a avaliar nos termos a seguir indicados: formação relevante de grau superior, 20 valores; formação relevante, 15 valores, ou formação irrelevante ou sem formação, 10 valores;

c) Experiência profissional — será considerada a execução pelos candidatos de actividade(s) inerente(s) ao(s) posto(s) de trabalho a ocupar, bem como o respectivo grau de complexidade, a avaliar nos termos a seguir indicados: experiência relevante de grau superior, 20 valores; experiência relevante, 15 valores; ou experiência irrelevante ou sem experiência, 10 valores;

d) Avaliação de desempenho — será considerada a avaliação do desempenho obtida pelos candidatos, relativa ao último período, não superior a três anos, em que cumpriram ou executaram atribuição, competência ou actividade idênticas às dos postos de trabalho a ocupar, a avaliar nos termos a seguir indicados: desempenho relevante convertido em excelente ou excelente, 20 valores; desempenho relevante ou muito bom, 17 valores; desempenho adequado ou bom, 14 valores; o último período refere-se ao desempenho de actividade(s) relevante(s) mas é superior a 03 anos ou insusceptível de avaliação ou refere-se ao desempenho de actividade(s) irrelevante(s), 10 valores, ou desempenho inadequado ou necessita de desenvolvimento ou mau, 08 valores.

$$AC = (a \times 20\%) + (b \times 20\%) + (c \times 30\%) + (d \times 30\%)$$

Sistema de ponderação do método para a valoração final: 40 % caso sejam aplicados este e o método de selecção a seguir indicado ou 70 % caso seja aplicado apenas este método de selecção.

5.1.2 — Entrevista de avaliação de competências (EAC) — será aplicada e classificada conforme previsto na alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da LVCR, conjugada com o disposto no artigo 12.º e no n.º 5 do artigo 18.º, ambos da Portaria n.º 83-A/2009, respectivamente — parâmetros de avaliação:

a) Experiência profissional — serão consideradas as capacidades detidas pelos candidatos para reunir e aplicar, de forma adequada, a experiência profissional detida ao desempenho das funções, com base na análise estruturada dos aspectos técnicos evidenciados para estudar dados, ponderar alternativas, propor soluções aptas e em tempo útil, bem como da preocupação em alargar a experiência detida de modo a perspectivar de forma mais abrangente os problemas;

b) Qualificação profissional — serão consideradas as capacidades detidas pelos candidatos para reunir e aplicar, de forma adequada, os conhecimentos formais, académicos, técnicos e profissionais detidos ao desempenho das funções, com base na análise estruturada dos aspectos técnicos evidenciados para estudar dados, ponderar alternativas, propor soluções aptas e em tempo útil, bem como da preocupação em alargar a experiência detida de modo a perspectivar de forma mais abrangente os problemas;

c) Motivação profissional — será considerada a apetência detida pelos candidatos para orientar o comportamento para a realização das tarefas e actividades do serviço, com base na análise estruturada dos aspectos comportamentais evidenciados para se envolver activamente na realização das tarefas, manter a moral elevada, dinamismo, esforço e vontade em alcançar níveis superiores de desempenho.

Cada um daqueles parâmetros será avaliado nos termos a seguir indicados: elevado, 20 valores; bom, 16 valores; suficiente, 12 valores; reduzido, 08 valores, e insuficiente, 04 valores.

$$EAC = (a + b + c) / 3$$

Sistema de ponderação do método para a valoração final: 30 % caso sejam aplicados este e o método de selecção referido no ponto 5.1.1.

Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º da Portaria n.º 83-A/2009, a admissão de candidatos, por procedimento, em número igual ou superior a 100, conduzirá à utilização da avaliação curricular como único método de selecção obrigatório (cf. n.º 4 do artigo 53.º da LVCR).

5.2 — Os métodos de selecção obrigatórios a utilizar no recrutamento dos demais candidatos, e, bem assim, dos referidos no ponto 5.1. que antecede que optem pela sua utilização, são os que de seguida se indicam:

5.2.1 — Provas de conhecimentos (PC): Serão aplicadas e classificadas conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 53.º da LVCR, conjugada com o disposto no artigo 9.º e no n.º 2 do artigo 18.º, ambos da Portaria n.º 83-A/2009, respectivamente, com as seguintes especificidades:

a) Assumirão a forma oral, revestirão natureza teórica, serão de realização individual e terão a duração aproximada de 15 minutos;

b) Incidirão sobre os conteúdos de natureza genérica e específica abaixo indicados, e cuja preparação deverá ser efectuada por recurso à legislação e bibliografia que de seguida também se referem:

i) Ref. PCCR — 12/2009: para além dos referidos no ponto ii) que se segue, reserva ecológica nacional (Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 63-B/2008, de 21 de Outubro, e Portaria n.º 1356/2008, de 28 de Novembro), Plano Director Municipal (Resolução do Conselho de Ministros n.º 84/95, de 04 de Setembro, Declaração n.º 398/99, de 06 de Dezembro, Declaração n.º 180/2001, de 05 de Junho, Declaração n.º 254/2001, de 21 de Agosto e Edital n.º 228/2008, de 11 de Março), licenciamento industrial (Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de Outubro), pesquisa e exploração de massas minerais/pedreiras (Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de Outubro, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 108/2007, de 11 de Dezembro), Regulamento Geral do Ruído (Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 18/2007, de 16 de Março e alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 01 de Agosto), água (Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 391-A/2007, de 21 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 93/2008, de 04 de Junho, e Portaria n.º 1450/2007, de 12 de Novembro), AIA (Decreto-Lei n.º 69/2000, de 03 de Maio, na redacção do Decreto-Lei n.º 197/2005, de 08 de Novembro, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 2/2006, de 6 de Janeiro, e Portaria n.º 330/2001 de 2 de Abril), ar (Decreto-Lei n.º 78/2004, de 3 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 126/2006, de 3 de Julho), resíduos (Regulamento de Resíduos Urbanos, Higiene e Salubridade, de 13 de Outubro de 1998, Portaria n.º 209/2004, de 03 de Março, Deliberação n.º 1860/05, constante da acta de reunião de Câmara n.º 38, de 15 de Dezembro (ponto n.º 18), Decreto-Lei n.º 178/2006, de 05 de Setembro e Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de Março) e biocombustíveis (Decreto-Lei n.º 62/2006, de 21 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 206/2008, de 23 de Outubro);

ii) Ref. PCCR'S — 14, 15 e 18/2009: Constituição da República Portuguesa (Constituição da República Portuguesa de 1974, na redacção da Lei constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto), procedimento administrativo (Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro), modernização administrativa (Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de Março), atribuições e competências das autarquias locais (Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro), competências e funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias (Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro), acesso aos documentos da administração (Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto), vinculação, carreiras e remunerações (Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro), estatuto disciplinar (Lei n.º 58/2008, de 09 de Setembro), Contrato de Trabalho em Funções Públicas (Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro), e adequado conhecimento da língua portuguesa (Gramática de Língua Portuguesa);

c) Parâmetros de avaliação:

i) Conhecimentos profissionais (a) — conhecimentos detidos pelos candidatos directamente relacionados com a(s) actividade(s) a desenvolver, a avaliar nos termos a seguir indicados: 05 questões de escolha múltipla, 02 valores cada;

ii) Competências técnicas (b) — capacidades dos candidatos para aplicar os conhecimentos detidos a situações concretas e à resolução de problemas relacionados com a(s) actividade(s) a desenvolver, a avaliar nos termos a seguir indicados: 02 questões de desenvolvimento, 05 valores cada;

$$PC = a + b$$

Sistema de ponderação do método para a valoração final: 40 % caso sejam aplicados este e o método de selecção a seguir indicado ou 70 % caso seja aplicado apenas este método de selecção.

5.2.2 — Avaliação psicológica (AP): será aplicada e classificada conforme previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 53.º da LVCR, conjugada com o disposto no artigo 10.º e no n.º 3 do artigo 18.º, ambos da Portaria n.º 83-A/2009, respectivamente, e poderá comportar mais do que uma fase — parâmetros de avaliação:

a) Competências comportamentais — serão consideradas as aptidões dos candidatos para agir de forma equilibrada e adequada nas interacções com o meio profissional e no desenvolvimento da(s) actividade(s), a avaliar por recurso a técnicas de avaliação psicológica.

Cada um daqueles parâmetros será avaliado, por fase, nos termos a seguir indicados: apto ou não apto, e, na última fase, nos termos a seguir indicados: elevado, 20 valores; bom, 16 valores; suficiente, 12 valores; reduzido, 08 valores; e insuficiente, 04 valores.

Sistema de ponderação do método para a valoração final: 30% caso sejam aplicados este e o método de selecção referido no ponto 5.2.1.

Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º da Portaria n.º 83-A/2009, a admissão de candidatos, por procedimento, em número igual ou superior a 100, conduzirá à utilização das provas de conhecimentos como único método de selecção obrigatório (cf. n.º 4 do artigo 53.º da LVCR).

5.3 — O método de selecção complementar a aplicar no recrutamento, independentemente da origem dos candidatos, é o que de seguida se indica:

5.3.1 — Entrevista profissional de selecção (EPS): será aplicada conforme previsto no n.º 3 do artigo 53.º da LVCR, conjugado com o disposto no artigo 13.º e n.ºs 6 e 7 do artigo 18.º, ambos da Portaria n.º 83-A/2009, respectivamente — parâmetros de avaliação:

a) Experiência profissional — serão considerados os aspectos técnicos evidenciados pelos candidatos para reunir e aplicar, de forma adequada, a experiência profissional detida ao desempenho das funções;

b) Orientação para os resultados — serão considerados os aspectos comportamentais evidenciados pelos candidatos para concretizar de forma eficaz e eficiente os objectivos fixados;

c) Orientação para o serviço público — serão considerados os aspectos comportamentais evidenciados pelos candidatos para agir de acordo com os valores éticos e deontológicos que presidem ao funcionamento dos serviços públicos;

d) Planeamento e organização — serão considerados os aspectos comportamentais evidenciados pelos candidatos para planear, organizar e controlar as actividades;

e) Análise da informação e sentido crítico — serão considerados os aspectos comportamentais evidenciados pelos candidatos para identificar e seleccionar a informação útil, organizar os elementos necessários e interpretar e avaliar os dados;

f) Adaptação e melhoria contínua — serão considerados os aspectos comportamentais evidenciados pelos candidatos para se adaptar e assumir novos e crescentes desafios e para se empenhar no desenvolvimento e na actualização técnica;

g) Iniciativa e autonomia — serão considerados os aspectos comportamentais evidenciados pelos candidatos para actuar de modo independente e autónomo no desenvolvimento das actividades;

h) Inovação e qualidade — serão considerados os aspectos comportamentais evidenciados pelos candidatos para desenvolver soluções alternativas para a resolução dos problemas e processos de valor acrescido;

i) Optimização de recursos — serão considerados os aspectos comportamentais evidenciados pelos candidatos para utilizar os recursos e os instrumentos de trabalho de forma eficiente e propor ou implementar medidas de optimização e de diminuição de custos;

j) Responsabilidade e compromisso com o serviço — serão considerados os aspectos comportamentais evidenciados pelos candidatos para compreender o seu papel na prossecução das competências cometidas aos serviços;

k) Relacionamento interpessoal — serão considerados os aspectos comportamentais evidenciados pelos candidatos para interagir com pessoas diferentes e em vários contextos socioprofissionais;

l) Comunicação — serão considerados os aspectos comportamentais evidenciados pelos candidatos para se exprimir de forma clara, fluente e precisa;

m) Trabalho de equipa e cooperação — serão considerados os aspectos comportamentais evidenciados pelos candidatos para se integrar em equipas de trabalho multidisciplinares e gerar sinergias através da participação activa nos grupos de trabalho em que participam;

n) Negociação e persuasão — serão considerados os aspectos comportamentais evidenciados pelos candidatos para defender as ideias de forma convincente e estabelecer consensos;

o) Representação e colaboração institucional — serão considerados os aspectos comportamentais evidenciados pelos candidatos para representar de forma credível o serviço em grupos de trabalho, reuniões ou eventos;

p) Tolerância à pressão e contrariedades — serão considerados os aspectos comportamentais evidenciados pelos candidatos para lidar de forma profissional com situações de pressão e de contrariedade;

q) Motivação profissional — serão considerados os aspectos comportamentais evidenciados pelos candidatos para orientar o comportamento para a realização das tarefas e actividades do serviço.

Cada um daqueles parâmetros será avaliado nos termos a seguir indicados: elevado, 20 valores; bom, 16 valores; suficiente, 12 valores; reduzido, 08 valores, e insuficiente, 04 valores.

$$EPS = (a + b + c + d + e + f + g + h + i + j + k + l + m + n + o + p + q) / 17$$

Sistema de ponderação do método para a valoração final: 30%.

Consideram-se excluídos do respectivo procedimento os candidatos que obtenham classificação final inferior a 9,5 valores num dos métodos

ou fases de selecção, bem como aqueles que não compareçam à aplicação dos métodos que exijam a sua presença.

As actas dos júris onde constam os parâmetros de avaliação e respectivas ponderações de cada um dos métodos de selecção a utilizar, as grelhas classificativas e os sistemas de valoração final dos métodos, serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

6 — Composição e identificação dos júris designados para a tramitação dos procedimentos:

a) Ref. PCCR — 12/2009: Sr. Eng.º António Carlos Batista Costa como presidente, Sr.ª Eng.ª Maria Manuela Catarino Carvalho Tavares e Sr. Eng.º José Manuel Barrinhas Ferreira Quintal como Vogais efectivos, e Sr. Eng.º João Manuel Pereira Martins e Sr.ª Dr.ª Cláudia Catarina Sousa Almeida como Vogais suplentes;

b) PCCR — 14/2009: Sr. Arqt.º António Veiga Moreira Figueiredo como presidente, Sr.ª Arqt.ª Maria Vitória Baena Turmo Mendes e Sr.ª Arqt.ª Margarida Luísa Flávio Espada Teixeira Sousa como Vogais efectivos, e Sr. Arqt.º Luís Miguel Pinela Gonçalves e Sr. Dr. Luís Duarte Tavares como Vogais suplentes;

c) Ref. PCCR — 15/2009: Sr. Eng.º Francisco Eduardo Oliveira Moraes como presidente, Sr. Eng.º Tiago Miguel Alves Sismeiro e Sr. Eng.º João Carlos Antunes Ferreira como Vogais efectivos, e Sr. Eng.º Carlos Alberto Dias Marques e Sr.ª Dr.ª Cláudia Catarina Sousa Almeida como Vogais suplentes;

d) Ref. PCCR — 18/2009: Sr. Arqt.º António Veiga Moreira Figueiredo como presidente, Sr. Arqt.º Luís Miguel Pinela Gonçalves e Sr.ª Arqt.ª Maria Vitória Baena Turmo Mendes como Vogais efectivos, e Sr.ª Arqt.ª Sandra Paula Cardoso Machado Macedo e Sr.ª Dr.ª Cláudia Catarina Sousa Almeida como Vogais suplentes;

Os presidentes dos júris serão respectivamente substituídos, nas suas faltas e impedimentos, pelo primeiro vogal efectivo.

7 — Formalização de candidaturas:

7.1 — Prazo, forma e local de apresentação:

a) Prazo: 10 dias úteis, contados da data da presente publicação;

b) Forma: em suporte de papel, mediante o preenchimento de formulário tipo, de utilização obrigatória, disponível junto da Divisão de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Leiria, acompanhado da documentação indicada no ponto 7.2 que se segue;

c) Local: pessoalmente, junto da Secção de Apoio Administrativo ao Expediente Geral e Actas da Câmara Municipal de Leiria, durante o horário normal de funcionamento, ou remetida por correio registado, com aviso de recepção, para o endereço postal da Câmara Municipal de Leiria, a saber: Largo da República, 2414 — 006 Leiria, em ambos os casos, até à data limite indicada na alínea a) que antecede.

7.2 — Documentos exigidos para admissão: as candidaturas deverão ser instruídas com os documentos necessários à comprovação da titularidade dos requisitos legalmente previstos, nos termos a seguir indicados:

a) Documento comprovativo dos requisitos indicados no ponto 4.1. que antecede, bastando que os candidatos declarem, no formulário tipo, que reúnem os requisitos previstos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008;

b) Documento comprovativo do requisito indicado no ponto 4.2. que antecede, bastando que os candidatos entreguem fotocópia simples do certificado de habilitações académicas ou de outro documento idóneo, legalmente reconhecido para o efeito;

c) Sendo o caso, documento comprovativo dos requisitos indicados no ponto 4.3. que antecede, bastando que os candidatos entreguem declaração, devidamente autenticada e actualizada, emitida pelo órgão ou serviço, da qual conste inequivocamente a relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, bem como da carreira e categoria de que sejam titulares, da actividade que executam e do órgão ou serviço onde exercem funções.

Os documentos acima exigidos são solicitados pelo júri à Divisão de Recursos Humanos e àquele entregues oficiosamente, no caso dos candidatos que exerçam funções na Câmara Municipal de Leiria.

A não apresentação dos documentos previstos nas alíneas a) a c) que antecederem, até à data limite fixada para a entrega de candidaturas, determina a exclusão dos candidatos, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 10 e 11 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009.

7.3 — Documentos exigidos para avaliação: sendo o caso, as candidaturas deverão ser instruídas com os documentos necessários à avaliação dos candidatos, nos termos a seguir indicados:

a) Currículo profissional detalhado e organizado de forma a facilitar e a possibilitar a correcta aplicação dos métodos de selecção, devendo ser acompanhado por:

b) Fotocópia simples dos documentos comprovativos dos factos aí referidos, designadamente dos relativos à formação profissional fre-

quentada, à experiência profissional detida e à avaliação de desempenho obtida, bem como do bilhete de identidade e do número de identificação fiscal ou do cartão de cidadão ou de outro(s) documento(s) equivalente(s), sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009.

Os documentos comprovativos dos factos indicados no currículo são solicitados pelo júri à Divisão de Recursos Humanos e àquele entregues oficiosamente, no caso dos candidatos que exerçam funções na Câmara Municipal de Leiria, desde que expressamente refiram que os mesmos se encontram arquivados no seu processo individual.

A não apresentação do documento previsto na alínea *a*) que antecede, até à data limite fixada para a entrega de candidaturas, determina a exclusão dos candidatos, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 10 e 11 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009.

7.4 — Documentos necessários à aplicação da quota de emprego: nos casos aplicáveis, a candidatura deverá ser instruída com o documento necessário à aplicação da quota de emprego, nos termos a seguir indicados:

*a*) Documento comprovativo do requisito indicado na alínea *c*) do ponto 3 que antecede, bastando que os candidatos declarem, no requerimento, sob compromisso de honra, o tipo de deficiência e o grau de incapacidade possuídos, devendo igualmente mencionar todos os elementos necessários para que o processo de selecção possa ser adequado, nas diferentes vertentes, às respectivas capacidades de comunicação/expressão.

Não é admissível a formalização de candidaturas ou o envio de documentos por correio electrónico.

A apresentação de documentos falsos na instrução da candidatura determina a participação à entidade competente para efeitos de procedimento disciplinar e, ou, penal.

8 — Consulta à ECCRC: encontra-se temporariamente dispensada a obrigatoriedade de efectuar a consulta prévia a que se refere a segunda parte do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, conforme documento apenso aos correspondentes processos em 28/04/2009.

16 de Junho de 2009. — O Vice-Presidente da Câmara, *Vitor Manuel Domingues Lourenço*.

301915361

### Deliberação n.º 1850/2009

#### Processo T 81/2006 — Projecto «Centro Educativo de Coimbra»

A Câmara Municipal de Leiria, através da deliberação n.º 1255/08, de 30 de Setembro, por unanimidade, aprovou o projecto de arquitectura do Centro Educativo do Coimbra e o caderno de encargos e programa do procedimento para a respectiva empreitada. Os projectos necessários à execução deste centro escolar foram elaborados pela Freguesia do Coimbra por meio de uma delegação de competências da Câmara Municipal de Leiria na Junta de Freguesia do Coimbra. Na supracitada deliberação, a Câmara deveria ter aceite os projectos que lhe foram entregues pela referida junta de freguesia e aprovado todos os projectos necessários à execução da obra. Dado que, por manifesto lapso, na reunião de 30 de Setembro só foi aprovado o projecto de arquitectura, vem a Câmara, ao abrigo do disposto no artigo 148.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), por unanimidade, proceder à rectificação da deliberação n.º 1255/08, aceitando os projectos entregues pela Junta de Freguesia do Coimbra e aprovando todos os projectos necessários à execução da obra. Por outro lado, revoga-se por unanimidade esta deliberação de 30 de Setembro de 2008, na parte em que aprova o programa do procedimento, porque este está elaborado nos termos do disposto no Código da Contratação Pública, designadamente na alínea *b*) do artigo 19.º, uma vez que vai ser aberto procedimento nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 34/2009, de 6 de Fevereiro, legislação especial que estabelece medidas excepcionais de contratação pública, designadamente para a formação de contratos de obras públicas para modernização do parque escolar. A construção do Centro Escolar do Coimbra está prevista como uma primeira prioridade da Carta Educativa de Leiria, homologada pelo Ministério da Educação. O Centro Escolar do Coimbra permite a concentração de todo o 1.º ciclo do ensino básico e pré-escolar da freguesia. Esta intervenção contribuirá para a extinção de jardins-de-infância a funcionarem em instalações pré-fabricadas degradadas e ou adaptadas, bem como a extinção das escolas do 1.º CEB da freguesia que funcionam em instalações degradadas. A Carta Educativa prevê a construção de um equipamento com 3 salas de actividades e 4 salas de aula, dentro das regras dos centros escolares. Simultaneamente, promove a articulação de níveis de ensino diferentes e vai permitir o desenvolvimento de actividades importantes e necessárias para a educação e formação

dos alunos, bem como o seu percurso sequencial. Esta intervenção é prioritária no âmbito da modernização do parque escolar do Município e obteve parecer favorável do Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE) do Ministério da Educação. A Câmara delibera ainda, também por unanimidade, abrir o procedimento por ajuste directo ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 1.º conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 34/2009, de 6 de Fevereiro, estabelecer como preço contratual o valor de € 1 385 953,26 + IVA, dispensar o estudo geológico-geotécnico e nomear o seguinte júri do procedimento:

- Laura da Conceição Costa, presidente;
- Maria Angélica Pereira Gomes, membro efectivo;
- Ana Isabel Almeida da Silva Pité Pereira, membro efectivo;
- Daniel Rodrigues Rosa Gonçalves, membro suplente;
- Hélia Maria Farto Ribeiro, membro suplente.

A presente deliberação foi aprovada em minuta.

26 de Maio de 2009. — A Presidente da Câmara, *Isabel Damasceno Campos*.

301903787

## CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

### Aviso n.º 11563/2009

#### Contratos individuais de trabalho, por tempo indeterminado

Por despacho de 23 de Dezembro de 2008, do Vereador da Área de Recursos Humanos (Delegação de 20 de Agosto de 2007, Publicada no Boletim Municipal n.º 705, de 23 de Agosto de 2007)

Lúisa Maria Bastos de Sousa Paixão, e Mário Nuno Copio Tabora da Costa, celebrados contratos individuais de trabalho, por tempo indeterminado, ao abrigo da Lei n.º 23/2004, para o exercício das funções de Assistente Administrativo, com a remuneração mensal ilíquida de € 663,88, correspondente ao escalão 1, índice 199, do grupo de pessoal Administrativo.

Lúis Miguel Martinez Valente, Maria da Luz Caldeira Mendonça e Maria de Fátima Gomes Merinorio dos Santos Coelho, celebrados contratos individuais de trabalho, por tempo indeterminado, ao abrigo da Lei n.º 23/2004, para o exercício das funções de Auxiliar Administrativo, com a remuneração mensal ilíquida de € 427,02, correspondente ao escalão 1, índice 128, do grupo de pessoal Auxiliar

Maria Alice Martins de Sousa Castro do Nascimento, Maria Leonor de Sousa Nogueira Dias Xavier Nunes, Nina Andreia Marques Cardeal e Paula Cristina Mateus Mendes, celebrados contratos individuais de trabalho, por tempo indeterminado, ao abrigo da Lei n.º 23/2004, para o exercício das funções de Auxiliar de Acção Educativa, com a remuneração mensal ilíquida de € 473,73, correspondente ao escalão 1, índice 142, do grupo de pessoal Auxiliar.

Maria Clara Farinha Gil Maria do Carmo Ribeiro Henriques Mendes e Maria Eugénia Frausto Bravo Loureiro, celebrados contratos individuais de trabalho, por tempo indeterminado, ao abrigo da Lei n.º 23/2004, para o exercício das funções de Auxiliar de Serviços Gerais, com a remuneração mensal ilíquida de € 427,02 correspondente ao escalão 1, índice 128, do grupo de pessoal Auxiliar.

Mário Rui Gomes Correia, celebrado contrato individual de trabalho, por tempo indeterminado, ao abrigo da Lei n.º 23/2004, para o exercício das funções de Cantoneiro de Limpeza, com a remuneração mensal ilíquida de € 517,10 correspondente ao escalão 1, índice 155, do grupo de pessoal Auxiliar.

Lúis Filipe Correia Girão e Lúis Filipe Mouxinho Paquete, celebrados contratos individuais de trabalho, por tempo indeterminado, ao abrigo da Lei n.º 23/2004, para o exercício das funções de Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais, com a remuneração mensal ilíquida de € 517,10, correspondente ao escalão 1, índice 155, do grupo de pessoal auxiliar.

Maria Adelaide Silva Correia Saraiva Lourenço, celebrado contrato individual de trabalho, por tempo indeterminado, ao abrigo da Lei n.º 23/2004, para o exercício das funções de Cozinheira, com a remuneração mensal ilíquida de € 473,73, correspondente ao escalão 1, índice 142, do grupo de pessoal Auxiliar.

Manuel Joaquim da Costa Moreira, celebrado contrato individual de trabalho, por tempo indeterminado, ao abrigo da Lei n.º 23/2004, para o exercício das funções de Pedreiro/Operário, com a remuneração mensal ilíquida de € 473,73, correspondente ao escalão 1, índice 142, do grupo de pessoal de auxiliar.

Maria Sofia Pinto de Andrade Pais Aleixo, celebrado contrato individual de trabalho, por tempo indeterminado, ao abrigo da Lei n.º 23/2004, para o exercício das funções de Técnica de 2.ª classe, com a remuneração